

## **CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

### **RESOLUÇÃO Nº 312, DE 07 DE JUNHO DE 2001.**

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Centésima Nona Reunião Ordinária, realizada nos dias 06 e 07 de Junho de 2001, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, **considerando**,

**a)** O Projeto de Lei 4.147/2001 que tramita na Câmara Federal, em caráter de urgência constitucional, instituindo diretrizes nacionais para a prestação dos serviços na relevante e complexa área de saneamento básico, questão estratégica e fundamental para a saúde pública da sociedade brasileira, com prazo exíguo, implicando em prejuízo da imprescindível discussão no Congresso Nacional e com a Sociedade;

**b)** O que determina o inciso 4 do Artigo 200, da Constituição Federal, sobre a competência do Sistema Único de Saúde em participar na formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

**c)** A Lei 8.080/90 que estabelece como campo de atuação do Sistema Único de Saúde a participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico;

**d)** A Lei 8.142/90 que define os conselhos de saúde como instâncias de controle social, órgãos colegiadas de caráter permanentes e deliberativos e compostos por representantes do governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários, com competência legal para participar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde;

**e)** A Resolução nº 308 do Conselho Nacional de Saúde, aprovada em 08 de março do corrente ano;

**f)** Que o prazo inicial de 90 dias, sugerido pelo Conselho Nacional de Saúde, para o esclarecimento técnico, político e público das implicações para a sociedade brasileira das diretrizes indicadas pelo referido projeto de lei, não foram suficientes para o aprofundamento da questão;

**g)** A perspectiva de votação do PL 4147/2001 para o segundo semestre de 2001 e a sensibilização dos Parlamentares para o aprimoramento do referido projeto, inclusive com a possível contemplação dos aspectos intersetoriais do setor saúde;

**h)** Os apelos da sociedade civil organizada do País, que aponta para uma discussão mais ampla e sistêmica sobre o tema, como podemos constatar nas audiências públicas que já ocorreram na Câmara dos Deputados e nas indicações constantes nos relatórios finais da 10ª e 11ª Conferências Nacionais de Saúde; e,

**i)** As interfaces do setor saneamento com os segmentos da saúde, recursos hídricos e meio ambiente.

#### **RESOLVE:**

**1.** Que se realize um seminário do setor saúde e ambiente, com a cooperação e parceria do Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, CONASS, CONASEMS e Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, no sentido de aprofundar as discussões sobre o Projeto de Lei 4147/01, tendo também como objetivo consolidar as propostas do setor saúde e

ambiente no processo de aprimoramento do referido Projeto de Lei;

2. Que seja convocada a Conferência Nacional de Saneamento, precedida de conferências municipais e estaduais, como fórum de ampla discussão com a sociedade brasileira;

3. Considerar como diretrizes para a realização do seminário e da conferência os princípios;

4. Saneamento entendido de forma ampla, contemplando as ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, drenagem urbana e outras ações de saneamento demandadas para o controle de vetores;

5. Gestão pública eficiente com participação e controle social;

6. Universalidade, equidade e integralidade;

7. Integração com as ações de saúde, meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento urbano.

**JOSÉ SERRA**

Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS nº 312, de 07 de Junho de 2001, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

**JOSÉ SERRA**

Ministro de Estado da Saúde